

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE é uma unidade de saúde que, de acordo com informação acessível no seu site, assegura cobertura a uma população de mais de 600 mil habitantes nos concelhos de Amadora e Sintra.

De acordo com relatos chegados ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi realizado novo concurso público e a empresa Prosegur perdeu o concurso público para a empresa “Noite e dia – Vigilância, Lda.”, tendo esta assumido funções no dia 1 de novembro.

Em conformidade com as denúncias recebidas, a empresa “Noite e dia – Vigilância, Lda.” terá dado indicação de que só aceitava os 46 vigilantes caso assinassem contrato do zero uma vez que alegaram não ter capacidade financeira para garantir os subsídios de Natal destes trabalhadores.

Os 46 trabalhadores, após serem confrontados com a denegação dos seus direitos, não assinaram com a empresa uma vez que foram impedidos de continuar ao serviço.

O sistemático incumprimento do regime jurídico aplicável à transmissão de estabelecimento por parte de empresas vencedoras de concursos públicos tem de ser travado sob pena de se perpetuarem as situações de ‘dumping social’. Recordamos que uma das alterações recentes ao Código dos Contratos Públicos implica, exatamente, o cumprimento do Código do Trabalho e o combate ativo à precariedade. Além do mais, falamos de um serviço num hospital que se afigura cada vez mais imprescindível, pelo que este atropelo aos direitos destas 46 pessoas não é, de todo, aceitável.

Acresce a tudo isto que, numa situação semelhante em vários organismos tutelados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, este acabou por rescindir com a empresa Comansegur exatamente pelo incumprimento das regras de transmissão de estabelecimento. Esta decisão decorre de uma tomada de posição pública por parte da própria Ministra do Trabalho relativa à situação daqueles trabalhadores. O que se espera é que, no caso

agora exposto no Hospital Amadora-Sintra, os organismos públicos tomem a mesma posição, por forma a cumprir a lei e garantir os direitos dos trabalhadores.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. De que forma pretende acautelar os direitos dos trabalhadores e o respeito pelo regime da transmissão de estabelecimento no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE?

Palácio de São Bento, 1 de dezembro de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)